



## DUPLICAÇÃO DA BR-163 JÁ REDUZIU NÚMERO DE MORTES EM 82% EM 2024

A duplicação do trecho de 86 quilômetros da BR-163 entre Diamantino e Nova Mutum, em Mato Grosso, trouxe resultados significativos em 2024. Com a obra, as mortes no trecho caíram 82% entre 1º de janeiro e 30 de novembro deste ano, em comparação ao mesmo período de 2023. O número de feridos em acidentes também teve uma redução expressiva de 71%. As estatísticas da Nova Rota do Oeste mostram que, neste ano, o trecho em duplicação registrou quatro mortes. O governador Mauro Mendes (União) ressaltou a importância do investimento, que ultrapassa a marca de R\$ 1 bilhão já realizado, para garantir segurança na principal rodovia do estado. Além disso, há previsão de mais R\$ 5 bilhões em investimentos



PÁG. 5



### MAIS DOIS ATLETAS DEIXAM O CUIABÁ ÀS VÉSPERAS DE DUELO CONTRA O FLUMINENSE

PÁG. 6

## TCE aprova contas de Emanuel

O Tribunal de Contas de Mato Grosso (TCE-MT) acatou na terça-feira, 3 de dezembro, o recurso do prefeito Emanuel Pinheiro (MDB) e aprovou as contas referentes a 2022. O gestor

alegou erros que necessitam de análises pela Corte referente a dívidas existentes na Prefeitura de Cuiabá. Em sua defesa, o gestor alegou que na pasta da Saúde durante a pandemia,

as despesas da Prefeitura de Cuiabá foram aumentaram devido a grande demanda de pacientes do interior do Estado. Ele afirmou que pacientes de outras cidades representam me-

tade dos atendimentos dos hospitais da capital, e que o Governo de Mato Grosso deixou de financiar mensalmente o valor de R\$ 5 milhões desses atendimentos

PÁG. 4

## INFLAÇÃO 'COME' LUCRO DE BARES

O setor de bares e restaurantes no Brasil continua a enfrentar grandes dificuldades financeiras. Pesquisa da Abrael revelou que 61% das empresas do setor não obtiveram resultados financeiros positivos em outubro, fechando o mês sem ver lucros. O índice é praticamente o mesmo registrado em setembro (62%). Os dados destacam desafios persistentes, como a dificuldade de repassar os aumentos de custos aos preços do cardápio, apontada por 57% dos entrevistados. As despesas operacionais foram duramente impactadas pelo aumento nos preços da carne bovina (5,81% em outubro) e da energia elétrica (4,74%)

PÁG. 3



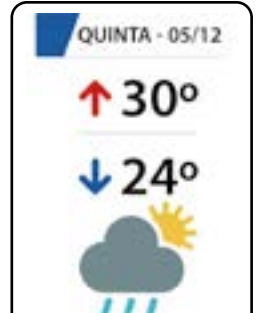
Gilberto Leite | Estádio Mato Grosso

## BANDIDOS ATIRAM EM BEBÊ EM EXECUÇÃO

PÁG. 5



Leia a versão digital do Estádio Mato Grosso no seu celular pelo QR Code ao lado!



EDITORIAL

# Em busca da paz

O Brasil definiu seu presidente em outubro passado, quando chegou ao fim a eleição mais acirrada desde a redemocratização do Brasil, marcado por conflitos dentro e fora da arena política. Já não cabe mais discurso revanchista nem contestação dos resultados as urnas. É hora de 'tocar o barco' e trabalhar pelo progresso geral da nação. É preciso concentrar esforços para resolver os enormes problemas que o Brasil enfrenta atualmente e aqueles que se aproximam no horizonte.

Após quatro anos do governo Jair Bolsonaro e da terrível campanha eleitoral que atravessamos, o Brasil se encontra fraturado, visivelmente dividido entre ódios e paixões. Precisamos urgentemente de união e paz. Somos e continuaremos sendo um único povo, uma grande nação, independente de gostar

ou não de quem ocupa o Palácio do Planalto. Respeitar a escolha da maioria é uma das maiores lições da democracia.

Lula tem o dever de trabalhar pela pacificação do país, arrefecendo os ânimos de ambos os lados e respeitando o pensamento dos que foram vencidos. Acima de tudo, terá que mostrar que os temores levantados pela campanha adversária sobre a liberdade religiosa e de imprensa, por exemplo, eram apenas ferramentas de retórica de seus opositores.

Os eleitores do candidato derrotado também precisam fazer sua parte. Aceitar o resultado das urnas é o mínimo que se exige em uma democracia. Qualquer ato além disso representa uma tentativa de implantar uma ditadura, o que não pode ser permitido de nenhuma maneira. Atentados como o que aconteceu no dia 8 de

janeiro, em Brasília, são intoleráveis.

Democracia não é apenas uma palavra bonita na Lei. É algo que construímos no dia a dia, com a aceitação das divergências e um debate saudável sobre os temas políticos que afetam nossa vida cotidiana. Não à toa, os antigos já falavam que temos duas orelhas e uma boca para ouvir mais e falar menos.

O Brasil agora vive uma nova fase, com vários desafios a serem superados. Lula terá que negociar com as forças políticas de diferentes espectros para conseguir governar. Isso é bom e saudável, tanto para a democracia quanto para o povo brasileiro. Significa que o governo de Lula não poderá fazer uma guinada total à esquerda, mas sim uma gestão de centro, construída à base do diálogo.

Afinal, só a abertura para o diálogo será capaz de reunificar o país rachado ao meio.

# Agro brasileiro e os desafios

Gilberto Gomes da Silva (\*)

O agronegócio brasileiro voltou ao centro do debate global após o caso Carrefour e a sanção da Lei 12.709/2024 em Mato Grosso, estado líder na produção de grãos e carne bovina do país. A decisão do Carrefour de suspender a compra de carnes do Mercosul gerou reações imediatas e resultou em uma retratação da gigante varejista francesa com pedido de desculpas, o que evidenciou a importância do Brasil como fornecedor global de alimentos e a sensibilidade do setor a pressões internacionais.

Já a lei mato-grossense, de forma paralela, também gera impacto nas relações comerciais, desafiando a moratória da soja, pois retira a concessão de benefícios fiscais e terrenos públicos a empresas que aderem a acordos, tratados ou outras formas de compromissos, nacionais ou internacionais, que imponham restrições à expansão da atividade agropecuária em áreas não protegidas por legislação ambiental específica.

Desde sua criação em 2006, a medida tem sido alvo de discussões. O acordo voluntário entre entidades do setor, ONGs e governo federal impede a compra de soja em áreas desmatadas na Amazônia, mesmo quando o desmatamento ocorre dentro da legalidade. Apesar de contribuir para a redução do desmatamento ilegal, a moratória é vista por muitos produtores como uma barreira injusta. Agricultores que seguem rigorosamente o Código Florestal, plantando apenas em áreas permitidas, têm sua produção boicotada por empresas signatárias do acordo.

É importante destacar que o Brasil possui uma das legislações ambientais mais rigorosas e completas do mundo. No bioma amazônico, o Código Florestal exige que as propriedades rurais preservem 80% de sua área como reserva legal, permitindo o uso de apenas 20%. Quando um produtor respeita essas normas e cultiva soja nos 20% autorizados, não há justificativa técnica ou legal para que sua produção seja rejeitada pelas empresas.

A nova lei de Mato Grosso reflete a autonomia estadual na formulação de políticas públicas e lança luz sobre a relevância do diálogo entre governos estaduais, governo

federal e tratados internacionais. Além disso, questiona a validade da moratória da soja, podendo inspirar outros estados a adotarem medidas semelhantes e desafiar a adesão empresarial ao acordo.

Os acontecimentos recentes demonstram a complexidade e os desafios que o agronegócio brasileiro enfrenta nas relações comerciais internacionais. O Brasil, com sua forte produção agrícola e pecuária, está inserido em um cenário global de negociações e acordos que determinam uma constante adaptação e diálogo entre os setores produtivos, governamentais e o mercado internacional.

A capacidade de conciliar desenvolvimento econômico e sustentabilidade ambiental será crucial para que o país continue a ser um fornecedor competitivo e responsável no comércio global. O fortalecimento dessas relações, baseado em acordos comerciais justos e transparentes, garantirá não apenas a continuidade, mas também a expansão do agronegócio brasileiro.

Essencial é que se destaque que a reciprocidade obrigatoriamente deve ser observada em acordos e tratados internacionais, não sendo admissível que exigência unilaterais, criadas a partir de medidas protecionistas de mercado interno, sejam impostas como condicionantes ao comércio internacional.

A motivação até agora trazida pelos países que defendem tais medidas não tem apresentado plausibilidade, haja vista que esses muitas das vezes não atendem, em seus próprios territórios, as condições de exploração e conservação dos recursos naturais que vem exigindo das nações com que possuem tratado internacional.

Conclusivamente, com a devida vênia, aos que exigem, cabe cumprir suas exigências, observando o seu próprio quintal antes de apontar a grama mal aparada de seu vizinho.

\*GILBERTO GOMES DA SILVA é advogado, especialista em Direito Civil e Processual Civil, com MBA em Direito Empresarial pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), sócio/proprietário de escritório especializado em direito agrário, agronegócio e ambiental. E-mail: gilberto.gomes@irajalacerdaadvogados.com.br

# Instrumento estratégico

Bruno Oliveira Castro (\*)



A estruturação de uma holding é uma das ferramentas mais estratégicas e eficazes para empresas e famílias que buscam maior eficiência na gestão patrimonial e organizacional. Por definição, uma holding é uma empresa criada com o propósito de controlar outras empresas, possuindo participações societárias em negócios do mesmo grupo. Essa estrutura proporciona maior organização, proteção patrimonial e otimização de processos sucessórios e fiscais.

A constituição de uma holding exige uma análise detalhada do patrimônio e das atividades empresariais envolvidas. É fundamental avaliar o tipo de holding mais adequado ao objetivo pretendido: pura ou mista. Enquanto a holding pura tem como finalidade exclusiva a participação de sociedades, a holding mista pode exercer atividades empresariais além do controle acionário. Essa distinção é crucial para determinar a forma de constituição, a composição societária e os impactos fiscais da reestruturação.

No processo de criação de uma holding, a elaboração do contrato social ou do estatuto é um passo essencial. Esse documento deve ser meticulosamente redigido para refletir os objetivos da reestruturação, além de definir as responsabilidades e os direitos dos sócios. Também é necessário considerar as necessidades específicas das empresas envolvidas, de modo que a estrutura da holding seja funcional e adaptada às realidades operacionais e estratégicas do grupo.

Um dos aspectos mais relevantes da constituição de uma holding é o impacto fiscal. A reestruturação societária pode oferecer vantagens tributárias significativas, mas exige um planejamento cuidadoso para garantir que essas vantagens sejam sustentáveis a longo prazo. A tributação ou não sobre lucros, dividendos e ganhos de capital, bem como a sucessão patrimonial, são áreas onde a holding pode proporcionar benefícios concretos. Contudo, erros nessa

etapa podem resultar em passivos fiscais inesperados, comprometendo a viabilidade da estrutura.

Além dos aspectos fiscais, uma holding é uma ferramenta poderosa para facilitar a sucessão patrimonial. A criação de uma holding permite uma transição mais estruturada e menos conflituosa entre gerações. Ao centralizar o controle das participações societárias, a holding reduz o potencial de disputas entre herdeiros, promovendo uma continuidade mais harmônica dos negócios familiares.

Outro benefício importante é a proteção do patrimônio. A segregação entre o patrimônio pessoal e empresarial proporcionada pela holding oferece maior segurança contra riscos decorrentes de demandas judiciais ou dívidas relacionadas às atividades empresariais. Essa blindagem patrimonial é especialmente relevante em um ambiente econômico instável, onde a previsibilidade financeira é um ativo valioso.

Portanto, a constituição de uma holding é uma decisão estratégica que exige planejamento, análise criteriosa e acompanhamento especializado. A combinação de benefícios fiscais, sucessórios e de proteção patrimonial torna essa estrutura uma escolha cada vez mais relevante para empresas e famílias que desejam construir um legado sustentável. O verdadeiro legado não se limita ao que deixamos materialmente, mas às condições e estruturas que garantem a continuidade do que foi construído com esforço e visão.

\*BRUNO OLIVEIRA CASTRO é advogado especializado em Direito Empresarial e sócio da Oliveira Castro Advocacia. Sua expertise abrange constituição de holdings familiares, Direito Empresarial, Societário, Falência e Recuperação de Empresas, Governança Corporativa, Direito Autoral e Direito Tributário. Atua como administrador judicial, professor, palestrante e parceirista, além de ser autor de livros e artigos jurídicos. Em 2024, lançou o livro "Herança ou Legado? O que você deixará para a próxima geração?"

# Olhemos para os prematuros

Aparecida Camacho (\*)



Em novembro, com a campanha "novembro roxo", chamamos a atenção para a prematuridade, uma condição que afeta cerca de 15 milhões de bebês por ano no mundo, segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS). No Brasil, o número de nascimentos prematuros representa aproximadamente 12% do total, uma das taxas mais altas do mundo. Foram 340 mil bebês, segundo o Ministério da Saúde.

O nascimento antes das 37 semanas de gestação está associado a uma série de complicações, como problemas respiratórios, dificuldade para controlar a temperatura corporal, risco aumentado de infecções e complicações neurológicas, que podem impactar o desenvolvimento do bebê a longo prazo.

A prematuridade é um fenômeno multifatorial, mas estudos mostram que muitos casos poderiam ser evitados com um acompanhamento pré-natal adequado. Condições como hipertensão arterial, diabetes gestacional, infecções urinárias e cervicais, além de gestação múltipla, são fatores de risco frequentemente associados a partos prematuros. Identificar e tratar essas condições precocemente é fundamental para reduzir os índices de prematuridade.

Por exemplo, o controle da hipertensão gestacional com medicamentos apropriados e a realização de cerclagem cervical em casos indicados podem fazer uma grande diferença. Além disso, intervenções como o uso de corticoides em gestantes com risco iminente de parto prematuro têm comprovado impacto na redução de complicações respiratórias do recém-nascido.

Outro aspecto relevante é o acompanhamento do recém-nascido prematuro, que geralmente requer internação em unidades de terapia intensiva neonatal (UTI Neonatal). Nessas unidades, tecnologias como ventilação mecânica e nutrição parenteral desempenham um papel crucial na sobrevivência dos bebês.

Investir na conscientização sobre prematuridade e na melhoria dos serviços de saúde é essencial. Isso inclui desde a garantia de exames de ultrassonografia e testes laboratoriais no pré-natal até políticas públicas que favoreçam a equidade no acesso ao sistema de saúde.

É fundamental também promover educação em saúde para que gestantes possam identificar sinais de risco e buscar atendimento em tempo hábil. Estudos indicam que iniciativas de conscientização comunitária e capacitação de profissionais podem reduzir os índices de partos prematuros em até 25%.

O Novembro Roxo, portanto, vai além de campanhas de sensibilização. Ele reforça a necessidade de ações integradas entre governo, profissionais de saúde e sociedade para prevenir a prematuridade e oferecer aos bebês prematuros um início de vida mais seguro. O foco deve ser não apenas em evitar o parto antecipado, mas também em proporcionar suporte adequado para que, mesmo quando nascidos antes do tempo, esses bebês possam alcançar seu pleno potencial de desenvolvimento.

\*APARECIDA CAMACHO é pediatra e neonatologista do Complexo Hospitalar Jardim Cuiabá\*

**PUBLICIDADE LEGAL**  
ANUNCIE BALANÇOS, EDITAIS E AVISOS.  
(65) 99228-9990  
ATAS • EDITAIS • BALANÇOS • EXTRAVIOS  
• CONVOCAÇÕES • REGULAMENTOS  
ESTATUTOS • AVISOS DE LICITAÇÕES...

**BLACK week**  
100% DE DESCONTO NA ADESAO DE NOVOS PLANOS  
SulAmérica TELEMEDICINA SEM CUSTOS PARA CONSULTAS PARA TODA FAMILIA  
BR5 Família R\$100,00 DESA...  
R\$49,90 PAGUE SOMENTE A MENSALIDADE E GARANTA PARA SUA FAMILIA TODOS Nossos benefícios e vantagens  
MAIS INFORMAÇÕES WWW.BRSBENEFICIOS.COM.BR

CONTAS PRESSIONADAS

# Inflação 'come' lucro de empresas

Pesquisa aponta que mais de 60% dos bares e restaurantes não conseguiram ter lucro em outubro, pressionados pela alta nos custos e as dívidas

Gilberto Leite | Estádio Mato Grosso

Gabriel Soares

O setor de bares e restaurantes no Brasil continua a enfrentar grandes dificuldades financeiras. Pesquisa recente da Associação Brasileira de Bares e Restaurantes (Abrasel) revelou que 61% das empresas do setor não obtiveram resultados financeiros positivos em outubro, fechando o mês sem ver lucros ou, até mesmo, no vermelho. O índice é praticamente o mesmo registrado em setembro (62%).

Os dados destacam desafios persistentes, como a dificuldade de repassar os aumentos de custos aos preços do cardápio, apontada por 57% dos entrevistados. As despesas operacionais, fortemente impactadas pelo aumento nos preços da carne bovina (5,81% em outubro) e da energia elétrica (4,74%), têm pressionado ainda mais as empresas do setor.

"O setor tem enfrentado desafios imensos, mas o fim de ano traz uma luz no horizonte. Estamos confiantes na capacidade dos empresários de transformar esse

momento em resultados positivos para iniciar 2025 com mais força e otimismo", avalia Paulo Solmucci, presidente da Abrasel.

A inflação acumulada no setor de alimentação fora do lar ficou em 4,13% até outubro, abaixo do índice geral de alimentos, que alcançou 5,08%. Essa diferença demonstra o esforço dos empresários em conter reajustes, mesmo enfrentando altas significativas nos insumos, na tentativa de manter a competitividade e o fluxo de clientes.

Além disso, o endividamento afeta 41% dos estabelecimentos, restringindo sua capacidade de investir e equilibrar as finanças. Essa realidade reflete a dificuldade de muitos empresários em se adaptar às novas condições econômicas.

Apesar das adversidades, o setor mantém o otimismo para o fim de ano. Cerca de 75% dos empresários esperam aumentar o faturamento em novembro e dezembro, impulsionados pelas festividades de fim de ano, pelas férias escolares e pelo pagamento do 13º salário.



Endividamento afeta 41% dos restaurantes, restringindo a capacidade de investir e equilibrar as finanças

**DELIVERY PERDE FORÇA** - Outro dado relevante da pesquisa mostra que apenas 67% dos estabelecimentos utilizam o delivery como canal de vendas, uma queda em relação aos 78% registrados em março de 2022. Segundo a Abrasel, a redu-

ção reflete a retomada do consumo presencial após a pandemia, com muitos empresários priorizando o atendimento no salão.

"A medida em que os clientes retornaram ao consumo presencial, muitos empresários optaram por reduzir o foco no de-

livery, seja para otimizar custos, seja para priorizar a experiência no salão. Apesar da queda, o serviço segue como um canal estratégico, especialmente para alcançar públicos que valorizam conveniência e praticidade", afirma Solmucci.

O setor, que representa uma parcela significativa da economia brasileira, espera que o último bimestre do ano seja o início de uma recuperação sólida, ajudando os empresários a enfrentar os desafios impostos pelos altos custos e pelo cenário econômico atual.

## AGRO SUSTENTÁVEL

# MT aposta em áreas de lavoura-pecuária-floresta

Assessoria/Sedec



Mato Grosso é responsável por 17,21% da meta nacional de redução de gases de efeito estufa

Da redação

Membros do Grupo Gestor Estadual do Plano ABC+MT, que tem a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico

(Sedec) como integrante, discutiram estratégias para ampliar e fortalecer a Integração Lavoura-Pecuária-Floresta (ILPF) e os Sistemas Agroflorestais (SAFs) para às metas do plane-

jamento sustentável na agropecuária para 2030. A reunião ocorreu nesta terça-feira (03), na sala de reuniões da pasta, em Cuiabá.

O ABC+ em MT é um plano estadual que busca

adaptação da agropecuária à mudança climática e uma produção para baixa emissão de carbono até o ano de 2030. O Grupo Gestor é composto por representantes de diversos órgãos públicos e entidades estaduais e federais. Cada Estado do país, junto com o Governo Federal, desenvolvem seus próprios planos.

Mato Grosso é responsável por 17,21% da meta nacional de redução de gases de efeito estufa, segundo o Grupo Gestor com base em dados do Governo Federal.

Entre as prioridades apresentadas na reunião, está a ampliação de 1,3 milhão de hectares com Integração Lavoura-Pecuária-Floresta (ILPF) até 2030. A prática recupera áreas de pastagens degradadas e combina, na mesma propriedade, diferentes atividades produtivas como cultivo de grãos, criação de gado e produção de agroenergia. Para alcançar a meta, serão realizadas

ações como capacitação de produtores, incentivo ao uso de espécies nativas e oferta de linhas de financiamento.

Além disso, os Sistemas Agroflorestais (SAFs), que busca associar a produção agropecuária de propriedades com áreas de matas nativas preservadas, terão um incremento de 311 hectares, com apoio de projetos voltados à agricultura familiar, financiamento junto ao Banco Mundial, formação técnica e políticas de pagamento por serviços ambientais.

A reunião também abordou pautas como a discussão e votação das atas do Grupo Gestor Estadual, a proposta do calendário anual de reuniões para 2025, a avaliação das metas bienais do Plano ABC+MT e a apresentação das ações desenvolvidas pela Rede Integração Lavoura-Pecuária-Floresta (ILPF) no Estado.

**METAS ATÉ 2030** - Entre as metas do plano ABC+

MT que devem ser adotadas pela agropecuária para adaptar às mudanças climáticas, está o aumento dos atuais 220 mil hectares de áreas irrigadas para 500 mil hectares, aumentar em 600 hectares o plantio direto de hortaliças, 3,3 milhões de plantio direto de grãos, 285 mil hectares de florestas plantadas, 1,3 milhão de hectares de integração lavoura-pecuária-floresta, recuperação de 3,82 milhões de pastagens degradadas e dentre outras práticas.

O retorno dos investimentos em uma agropecuária sustentável é até 11 vezes maior do que o aporte inicial. De 2010 a 2023, foram investidos R\$ 13 bilhões nessas tecnologias para uma agropecuária de baixo governo em todo o país. O retorno foi em R\$ 165 bilhões em recuperação de pastagens degradadas e R\$ 202 bilhões, se somar a isso à integração lavoura-pecuária-floresta.

## OPORTUNIDADES

# Estado tem 3,1 mil vagas de trabalho em aberto

Da redação

O Sistema Nacional de Emprego (Sine-MT), vinculado à Secretaria de Estado de Assistência Social e Cidadania (Setasc), divulgou 3.155 vagas de trabalho disponíveis para esta semana em Mato Grosso.

As oportunidades abrangem diversas áreas de atuação e estão distribuídas entre os 36 postos de atendimento do Sine, instalados em 32 municípios de Mato Grosso.

Em Cuiabá e Várzea Grande, são 407 empregos disponíveis em funções como auxiliar de limpeza (62), operador de caixa (42), promotor de vendas (23), atendente de lojas e mercados (20), consultor de vendas (15), repositor de mercadorias (14), vende-

dor interno (14), estoquista (13), auxiliar de linha de produção (12), motorista de caminhão (11), atendente de lojas (10), fiscal de loja (10), motorista de ônibus rodoviário (10), entre outras.

Nas duas cidades, há a disponibilidade de 20 oportunidades de trabalho exclusivas para Pessoas com Deficiência (PCD): cinco vagas são para a função de frentista, quatro para vigia e auxiliar de limpeza, três para auxiliar administrativo e uma vaga para chefe de transportes, estoquista, lubrificador de automóveis e operador de caixa.

Na unidade de Barra do Garças (520 km de Cuiabá) são 185 vagas, onde 30 destas são para função de servente de obras; 20 para pedreiro; 17 para desossador, oficial de serviços na

manutenção de edificações e operador de produção; 15 para auxiliar de limpeza e pintor de obras; dez para caixa de supermercado; oito para operador de máquinas fixas e retalhador de carne; seis para encarregado de expedição; cinco para repositor em supermercados; três para trabalhador de serviços de limpeza e conservação de áreas públicas; duas para ajudante de motorista e consultor; além de uma vaga para açougueiro, cozinheiro de restaurante, magarefe, office-boy, operador de caixa, promotor de vendas, repositor de mercadorias, serrador de parte traseira, técnico de telecomunicações (telefonista) e vendedor interno.

Juara (654 km da Capital) conta com 95 oportunidades de trabalho, nas fun-

ções de auxiliar de linha de produção (50), caixa de supermercado (10), empacotador à mão (10), repositor em supermercados (10), retalhador de carne (10), ajudante de açougueiro (2), armazenista (2), auxiliar de limpeza (1).

**ATENDIMENTO** - Além do trabalho de intermediação de mão de obra, o Sine-MT realiza serviço de habilitação do seguro desemprego, atendimento orientado sobre a utilização da Carteira de Trabalho Digital. É preciso verificar na unidade a disponibilidade das vagas, que são oferecidas diariamente.

Os interessados podem comparecer aos postos de atendimento portando documentos pessoais, facilitando os trâmites do atendimento.



Vagas abrangem diversas áreas de atuação e estão distribuídas entre os 36 postos do Sine Estadual

5 VOTOS A 2

# TCE aprova contas de Emanuel

Conselheiros ressaltam que frustração de receitas e atendimentos a pacientes de fora da capital pressionaram o caixa da Prefeitura

Fernanda Leite

O Tribunal de Contas de Mato Grosso (TCE-MT) acatou na terça-feira, 3 de dezembro, o recurso do prefeito Emanuel Pinheiro (MDB) contra o acórdão 203/2024, contraria as contas referentes a 2022. O gestor alegou erros que necessitam de análises pela Corte referente a dívidas existentes na Prefeitura de Cuiabá.

Em sua defesa, o gestor alegou que na pasta da Saúde durante a pandemia, as despesas da Prefeitura de Cuiabá foram aumentaram devido a grande demanda de pacientes do interior do Estado. Ele alegou que pacientes de outros lugares, sendo em 2 hospitais o atendimento hospitalares e ambulatoriais representam respectivamente 46,19% e 52,92% dos atendimentos totais, e que o Governo de Mato Grosso deixou de financiar mensalmente o valor de R\$ 5 milhões e se multiplicado pelas competências de dezembro de 2019 e dezembro de 2022 esse valor ultrapassa 2022 milhões.



Divulgação/TCE-MT

Relator do caso, Valter Albano enfatizou a falta de compensação adequada pelo atendimento a pacientes do interior

"É importante destacar que, devido à situação atípica gerada pela pandemia, as despesas com saúde no município aumentaram significativamente. Em 2020, os gastos cresceram 46,46% em comparação ao

exercício anterior, enquanto os repasses do SUS, provenientes do Estado e da União, tiveram um aumento de apenas 31,55% no mesmo período. Em 2022, essa disparidade se agravou ainda mais, as despesas

com saúde registraram um aumento de 27,1%, representando aproximadamente R\$ 313 milhões", disse o relator do caso, Valter Albano, durante a votação.

Cinco conselheiros votaram favoravelmente à apro-

vação: Valter Albano (relator), Waldir Teis, Domingos Neto, Guilherme Maluf e o presidente da Corte, Sérgio Ricardo. Este último reforçou o entendimento técnico apresentado pela Secretaria-Geral de Controle Externo que apontou como fatores determinantes a frustração de receitas e os atendimentos de saúde realizados para pacientes não residentes, sem o devido cofinanciamento por parte do Estado.

Foi evidenciada uma redução de aproximadamente R\$ 200 milhões nos repasses do SUS provenientes do Estado e da União em relação a 2021. Também foi destacada a necessidade urgente de o Governo do Estado revisar a Programação Pactuada Integrada (PPI), que define e quantifica as ações de saúde destinadas aos municípios, por estar defasada em relação à realidade atual.

Por fim, o parecer concluiu que o Município tem mantido atendimentos a pacientes de outras cidades sem contrapartidas financeiras, o que sobrecarrega

o orçamento local, reforçando a necessidade de ajustes nos mecanismos de pactuação e financiamento.

"Ao abordar esse ponto, lembrei-me de uma observação feita pelo ilustre conselheiro Guilherme Maluf durante uma mesa técnica que tratou da área de saúde em Cuiabá, com foco na Empresa Cuiabana de Saúde Pública, responsável pelos hospitais municipais, incluindo o HMC e o Hospital São Benedito. Na ocasião, o conselheiro Guilherme Maluf ressaltou a urgência de o governo do Estado revisar a Programação Pactuada Integrada (PPI), um instrumento essencial para a definição e quantificação das ações de saúde nos territórios", declarou Albano.

O conselheiro Antônio Joaquim, responsável pela relatoria das contas em 2023, considerou a dívida de aproximadamente R\$ 1,2 bilhão como uma "irregularidade gravíssima" e votou pela reprovação das contas. O conselheiro José Carlos Novelli também votou contrário a aprovação.

## REVOLTA DA OPOSIÇÃO

# Deputada diz que lei de Lula dificulta emendas

Bruna Cardoso |  
Fernanda Leite

Após o presidente Lula (PT) sancionar lei de transparência para emendas parlamentares, a deputada federal Coronel Fernanda (PL-MT) afirmou que o objetivo do Governo Federal é não pagar as emendas que estão atrasadas. Isto porque aumentou a burocracia para enviar as emendas para os destinos escolhido pelos parlamentares. Ela expôs seu ponto de vista na noite de segunda-feira, 2.

"Então, assim, ela está bem complicada, está cheia de burocracias, né?! E o objetivo do governo não é fiscalizar as emendas. O objetivo do governo é não pagar as emendas", disse.

Fernanda alega que a lei sancionada por Lula, no úl-

timo dia 26 de novembro, serve apenas para atrapalhar e trazer prejuízo aos municípios que dependem das emendas.

"Então, toda essa situação aí, ela veio para procrastinar o pagamento das emendas dos municípios, que está trazendo um prejuízo muito grande, porque tem municípios que estão aguardando as emendas. Para acabar de construir hospitais, asfaltar as vias públicas e melhoria em escolas públicas", disse.

Ainda nesta segunda-feira, 2, o ministro Flávio Dino, do Supremo Tribunal Federal (STF), autorizou o pagamento das emendas de 2023. O pagamento estava suspenso de agosto, pois as emendas não cumpriam requisitos de transparência. Além disso, a

nova lei obriga os deputados enviarem as emendas apenas para os estados de origem ou para projetos nacionais.

**A NOVA LEI** - A nova lei é resultado de acordo entre os poderes Executivo e Legislativo, com o objetivo de unificar e consolidar normas até então dispersas em resoluções, leis de diretrizes orçamentárias e atos infralegais. Na essência, garante maior transparência e eficiência no uso das emendas, está alinhada aos princípios da administração pública e ao rigor das normas fiscais.

Os parlamentares retiraram do texto a possibilidade de o governo bloquear recursos das emendas, caso haja uma queda da arrecadação federal. Ficou mantido apenas o contingenciamento

desses recursos, que é o corte temporário.

No caso das emendas Pix, aquelas que eram transferidas diretamente sem necessidade de se informar objeto e valor, agora o parlamentar vai ter que explicar como o dinheiro será aplicado. Com preferência para obras inacabadas ou situação de calamidade pública.

Órgãos de controle ainda terão de fiscalizar e o Tribunal de Contas da União vai fazer a análise prévia das despesas.

Com isso, a tramitação do orçamento no Congresso poderá avançar. Ele estava parado aguardando a aprovação dessa proposta. Com a sanção, o ministro Flávio Dino vai concluir o relatório sobre o caso e levar o assunto ao plenário da Suprema Corte.

Gilberto Leite | Estadão Mato Grosso



Segundo Coronel Fernanda, objetivo do Governo Federal é não pagar as emendas que estão atrasadas

## TRANSIÇÃO COMPLICADA

# Moretti vai acionar Kalil no TCE por documentos

Fernanda Leite |  
Thiago Portes

A prefeita eleita de Várzea Grande, Flávia Moretti (PL), disse que vai acionar

o Tribunal de Contas de Mato Grosso (TCE), caso a equipe do prefeito Kalil Baracat (MDB) não forneça documentos à sua equipe de transição. Flávia fez a

declaração na segunda-feira, 2 de dezembro, e disse que "falta gestão" ao justificar o atraso.

"Não recebemos todos os documentos. Os

documentos que nós recebemos são relatórios, alguns contratos bem superficiais. Então ainda não fechou a documentação que o município tem que entregar para nós. Não recebemos na integridade", disse.

Flávia vive uma transição conturbada. Isso porque, desde que foi eleita, não recebeu cumprimentos de Kalil Baracat e tem tido dificuldades para receber documentos da prefeitura. Ela foi questionada se irá procurar a Justiça para ter acesso à documentação e preparar sua gestão que começa no dia 1º de janeiro.

"Em um tempo de 15 dias, se até 15 de dezembro não entregar, nós vamos informar o Tribunal de Contas que é o prazo que eu também tenho que entregar um relatório ao TCE. Eu vou informar que não tive acesso a todos os documentos se até lá não acontecer. Mas vamos es-

perar que ainda de tempo. Pelo menos dê tempo de entregar e a gente analisar", falou Flávia.

Apesar de todas as dificuldades enfrentadas, Moretti diz não acreditar em boicote à sua gestão. "Eu acho que é falta de organização mesmo e gestão", afirmou a prefeita eleita.

Na última semana, Moretti declarou que sua equipe de transição não tem recebido balancetes financeiros da atual gestão da Prefeitura de Várzea Grande. Segundo ela, apenas informações superficiais foram entregues, além de denúncias que chegam diariamente trazidas pelos cidadãos várzea-grandenses.

**SALÁRIOS BAIXOS** - A prefeita eleita reconheceu que os salários dos secretários municipais são baixos e afirmou que pretende melhorá-los dentro de uma futura reforma administrativa. Ela estaria tendo dificuldades em conseguir montar sua equipe com

pessoas técnicas e capacitadas, pois elas já ocupam cargos em outros órgãos públicos e seriam melhor remuneradas.

"Quem ama Várzea Grande aceita o convite a todo custo, mas realmente, a folha do secretariado e dos cargos de confiança, onde é a matriz do município, onde tem gestão municipal, é muito pouco sim, se comparado com outros municípios, como Cuiabá e outras cidades e com o Governo do Estado. Nós vamos reparar isso em uma reforma administrativa", comentou.

Moretti disse ainda que pretende trabalhar com qualidade e não com quantidade. No caso, ela pretende reduzir o número de comissionados para realizar a adequação da folha salarial respeitando o Limite de Responsabilidade Fiscal (LRF). Ele revelou dois nomes que recusaram compor a sua gestão por causa de questões salariais.

Estadão Mato Grosso



Flávia vive uma transição conturbada, com dificuldades para receber documentos da Prefeitura

VIDAS POUPADAS

# Duplicação já reduziu número de mortes na BR-163 em 82%

Trecho em duplicação registrou 4 mortes este ano, contra 23 óbitos no mesmo período de 2023

Gabriel Soares

A duplicação do trecho de 86 quilômetros da BR-163 entre Diamantino e Nova Mutum, em Mato Grosso, trouxe resultados significativos em 2024. Com a obra, as mortes no trecho caíram 82% entre 1º de janeiro e 30 de novembro deste ano, em comparação ao mesmo período de 2023. O número de feridos em acidentes também teve uma redução expressiva de 71%.

O governador Mauro Mendes (União) ressaltou a importância do investimento, que ultrapassa a marca de R\$ 1 bilhão já realizado, para garantir segurança na principal rodovia do estado. Além disso, há previsão de até R\$ 5 bilhões em investimentos para concluir a duplicação.

“A vida não tem preço. Nossos investimentos na BR-163 ultrapassam a casa do bilhão. E saber que as obras estão evitando dezenas e dezenas de mortes só me fazem ter a convicção de que acertamos e que cada centavo investido está valendo a pena”, destacou o governador.

As estatísticas da Nova Rota do Oeste mostram que, neste ano, o trecho em duplicação registrou quatro mortes e 33 acidentes com 44 feridos. No mesmo período de 2023, foram contabilizadas 23 mortes e 55 acidentes com 153 feridos. Houve ainda uma redução de 31% nos acidentes com apenas danos materiais, caindo de 290 para 200 ocorrências.



Mais 100km de duplicação devem ser entregues ainda em dezembro no trecho entre Posto Gil e Nova Mutum

**AVANÇO DAS OBRAS** - A Nova Rota do Oeste entregará, no dia 20 de dezembro, 100 quilômetros de pista duplicada no trecho entre Posto Gil (Diamantino) e Nova Mutum. Segundo o presidente do Conselho de Administração da concessionária, Cidinho Santos, a expectativa é ampliar ainda mais a segurança na rodovia com a continuidade das obras.

“Estamos entregando 100 km de pista nova em 20 de dezembro, desde o Posto Gil, em Diamantino, até Nova Mutum, e isso já está fazendo muita diferença para quem viaja pela rodovia. Nossa expectativa

é entregar novos trechos prontos o mais rápido possível, sempre pensando na segurança de quem precisa passar pela BR-163”, explicou.

Cinco contratos de duplicação estão em andamento, abrangendo tanto o norte da BR-163 quanto a Rodovia dos Imigrantes (BR-070), em Cuiabá. Além de melhorar a segurança viária, as obras estão gerando empregos. Atualmente, mais de 2 mil pessoas trabalham nos canteiros de obras, número que deve atingir 6 mil no pico da execução.

No primeiro semestre de 2025, a Nova Rota do Oeste contratará as dupli-

cações entre Lucas do Rio Verde e Sorriso (BR-163) e em Várzea Grande, na Rodovia dos Imigrantes (BR-070), conforme o Termo de Ajustamento de Conduta firmado com a ANTT.

**EMPRÉSTIMO** - No começo de novembro, o governo do Estado encaminhou junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) as tratativas de um empréstimo de R\$ 5 bilhões, com o objetivo de acelerar as obras de duplicação da BR-163. Os recursos devem ser usados para que a duplicação seja concluída até 2026, último ano do governo Mauro Mendes.

## OPERAÇÃO FAIR PLAY

# Braço direito de WT abriu oficina de fachada para lavar dinheiro

Da redação

Investigações da Gerência de Combate ao Crime Organizado (GCCO) da Polícia Civil identificaram que Andrew Nickolas Marques dos Santos, um dos braços direitos de Paulo Witer Faria Paelo, abriu uma empresa de fachada exclusivamente para lavagem de dinheiro do tráfico de drogas em Cuiabá.

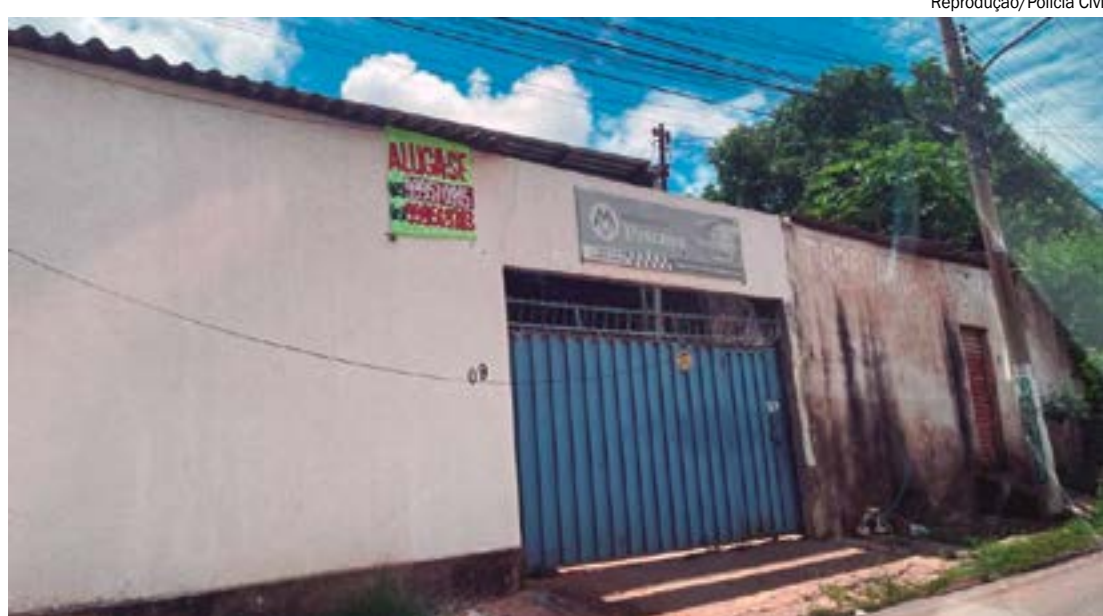
Andrew e Paulo Witer, tesoureiro de uma facção criminosa conhecido como WT, foram alvos da Operação Fair Play, deflagrada pela GCCO no dia 27 de novembro.

A empresa A.N.M. Dos Santos, que seria um centro automotivo, foi aberta em 2017 e declarou capital de R\$ 800 mil. Contudo, as investigações apontaram sinais de alerta nas transações financeiras da empresa.

Além de movimentações de centenas de reais em espécie, realizadas por clientes que normalmente utilizam cheques e cartões de crédito, foram identificados depósitos feitos de forma fracionada.

De acordo com o delegado Rafael Scatolon, responsável pelas investigações, o uso do dinheiro em papel sugere uma possível tentativa de evitar rastreamento do dinheiro, que tem origem no tráfico ilícito de drogas.

“As investigações sugerem que a forma, o valor e a frequência das transações buscavam esconder a origem e o destino dos re-



Empresa A.N.M. Dos Santos, que seria um centro automotivo, foi aberta em 2017 e declarou capital de R\$ 800 mil

ursos, assim como os responsáveis ou destinatários finais. Além disso, foi identificada uma incompatibilidade entre os valores movimentados e o faturamento das empresas, indicando inconsistências econômicas”, afirma.

As diligências da GCCO também apontaram que algumas das pessoas que fizeram transações financeiras com a empresa A.N.M. Dos Santos já são conhecidas da Polícia Civil, tendo sido alvos da Operação Apito Final, deflagrada em abril deste ano contra Paulo Witer e outros 24 investigados por um esquema de lavagem de dinheiro e ocultação de bens.

**IMÓVEL DE LUXO EM SC** - A empresa de Andrew Nickolas também foi iden-

tificada como responsável por parte do pagamento para a compra de um apartamento de luxo em Itapeima, no litoral de Santa Catarina. O imóvel, avaliado hoje em R\$ 1 milhão, foi adquirido por R\$ 750 mil, transferidos em mais de 280 depósitos bancários.

Segundo as investigações, a pessoa jurídica de Andrew depositou R\$ 50 mil, via pix, para um dos proprietários do imóvel, e transferiu outros R\$ 34,3 mil, em valores fracionados.

O delegado titular da GCCO, Gustavo Belão, afirma que as investigações deixam claro que o objetivo da empresa de Andrew Nickolas é a lavagem de dinheiro para o tráfico de drogas, e que a Gerência de Combate ao Crime Organizado tem

atuado para descapitalizar as organizações criminosas.

**OPERAÇÃO FAIR PLAY** - Deflagrada na última quarta-feira (27.11), a Operação Fair Play é um desdobramento da Operação Apito Final, que investigou um esquema de lavagem de dinheiro e ocultação de bens criado por integrantes de uma organização criminosa, em Cuiabá.

Ambas as operações têm como alvo principal Paulo Witer, o WT, tesoureiro de uma facção criminosa. Ele está preso desde a operação de abril deste ano.

## POLÍCIA

### ONDA DE TERROR

# Faccionados dão tiros em bebê ao executar a mãe

Igor Guilherme

Elizandra Cardoso, uma suposta faccionada do Primeiro Comando da Capital (PCC), foi executada com 10 tiros por faccionados do Comando Vermelho durante a madrugada de quarta-feira (04), no bairro Nova Aliança 2, em Sorriso (303 km de Cuiabá). Além da mulher, seu filho de apenas 14 anos foi baleado no abdômen e nos testículos. Seu segundo filho, um bebê de apenas dois meses, também foi baleado, quatro vezes, nas pernas.

Conforme informações do boletim de ocorrência, o pai da vítima estava dormindo quando os faccionados invadiram a casa e executaram o crime. O homem acordou e viu as vítimas ensanguentadas, com o adolescente de 14 anos pedindo socorro, afirmando que havia sido alvejado.

A Polícia foi ao local e aos policiais, o homem contou que seus netos foram socorridos por terceiros e levados ao Hospital Regional de Sorriso. Aos

policiais, o homem ainda afirmou não saber quantas pessoas invadiram a casa, mas que ao chegar para checar os barulhos dos tiros, viu sua filha baleada na sala. O homem suspeita que os bandidos invadiram a casa ao pular o muro da residência.

Na residência, os policiais encontraram várias cápsulas de munição .40. O local foi isolado até a chegada do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (Samu), que atestou a morte da Elizandra, e da Polícia Civil, que juntamente com a Perícia Oficial e Identificação Técnica (Polítec), iniciou os trabalhos de investigação.

O corpo da mulher foi levado ao Instituto Médico Legal (IML), onde passará por exame de necropsia.

Segundo informações, Elizandra foi alvo de criminosos na semana passada e que conseguiu escapar, sendo abrigada na casa do pai. No ano passado, o sobrinho de Elizandra foi executado por faccionados do Comando Vermelho.

O caso é investigado.

### TIROTEIO EM CUIABÁ

# Irmãos mortos em confronto eram lideranças de facção

Igor Guilherme

Dois irmãos, Cléber Victor da Silva e Anderson Victor da Silva, mortos em um confronto com a Rondas Ostensivas Táticas Metropolitanas (Rotam), eram lideranças da facção criminosa Comando Vermelho (CV), sendo Cléber com ações em Cuiabá e Anderson atuante em Goiás. Os dois morreram em um confronto com a Rotam na terça-feira (2) durante uma operação para um cumprimento de mandado de prisão contra Anderson.

Conforme informações obtidas pela reportagem do Estadão Mato Grosso, Anderson estava com um mandado de prisão em aberto após ser condenado pelo Tribunal do Júri pelo assassinato do cabeleireiro Renato dos Santos, em Jataí (GO), junto com outros dois criminosos. Anderson foi condenado a 15 anos de prisão e estava abrigado em uma residência na comunidade Coxipó do Ouro, na capital, quando foi abordado pelos policiais.

Na tentativa de fugir dos agentes, o homem foi para o matagal próximo da sua

casa e atirou contra eles, que revidaram e alvejaram Anderson, que morreu ainda no local. Segundo informações, Cléber também estava na casa e fugiu a pé, atravessando vários quilômetros na mata e se abrindo em uma propriedade no bairro Jardim Buriti.

Na caçada ao outro faccionado, os policiais entraram na casa e viram vários suspeitos pulando o muro da casa no momento. A residência, segundo informações extraoficiais, funcionava como “biqueira” e durante as buscas, os policiais encontraram Cléber nos fundos da casa e armado.

O faccionado, conforme apurado, atirou na direção dos policiais, que revidaram e alvejaram o homem. Cléber teve sua morte atestada ainda no local e, com ele, os policiais apreenderam um revólver, celulares, drogas e dinheiro em espécie.

Segundo informações obtidas com exclusividade pela reportagem do Estadão Mato Grosso, os dois desempenhavam a função de liderança do Comando Vermelho.

### OPERAÇÃO RUSTIUS

# Prefeito eleito de Sorriso é alvo da PF por caixa 2

Da redação

A Polícia Federal deflagrou na quarta-feira (4/12), em Sorriso/MT e em Cuiabá/MT, a Operação Rustius, com o objetivo de investigar a arrecadação de verbas irregulares na campanha eleitoral do prefeito eleito, Alei Fernandes (União).

Policiais federais cumpriram nove mandados de busca e apreensão, além de uma medida cautelar pessoal, que inclui a entrega do passaporte do investigado, a proibição de sair da cidade e o impedimento de contato com outros envolvidos na investigação. Os ordens foram emitidas pelo Juiz Eleitoral de Garantias do Núcleo I - TRE/MT e visam coletar evidências adicionais para elucidar os fatos.

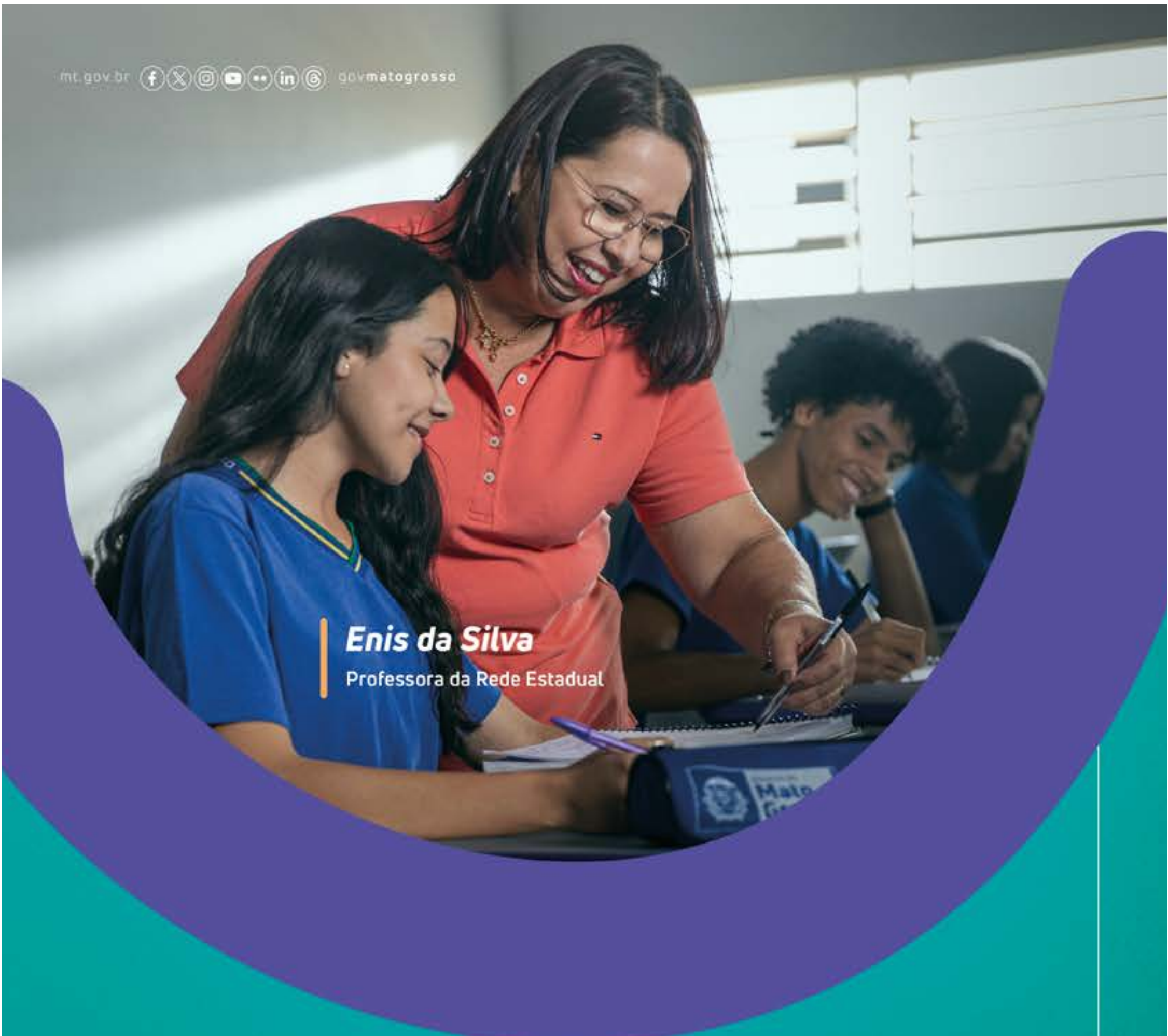
A investigação apura a prática do crime de “Caixa 2” de campanha eleitoral, dentre outros relacionados, diante da apreensão de R\$ 300 mil em espécie dias antes das eleições municipais. O valor foi encontrado com um dos principais apoiadores da campanha eleitoral do candidato a prefeito.

Os elementos de informação colhidos no inquérito policial indicam que o valor seria destinado ilícitamente à campanha eleitoral. Além desse valor, há indícios de que várias transações financeiras, relacionadas a essa mesma campanha, realizadas por empresários locais, foram realizadas de forma ilegal (com a participação de pessoas jurídicas, por meio de “laranjas” e com dinheiro não contabilizado na prestação de contas).





mt.gov.br        govmatogrosso



**Enis da Silva**  
Professora da Rede Estadual

# IDEB: A EDUCAÇÃO ESTADUAL SALTOU DA 22ª PARA A 8ª POSIÇÃO

Com investimentos em infraestrutura, tecnologia e valorização profissional, os resultados já estão aparecendo.



\*Resultado do IDEB Ensino Médio

EDUC  
**AÇÃO**  
10 anos



**Governo de Mato Grosso**